COMUNICAÇÃO POPULAR E RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO: O JORNAL O POSSEIRO COMO ESPAÇO POLÍTICO E PEDAGÓGICO NO OESTE BAIANO

Clara Filippo dos Santos Rocha
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-0572-9391
Endereço eletrônico:2026m0205@uesb.edu.br

Lívia Diana Rocha Magalhães
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0784-6749
Endereço eletrônico: liviadianamagalhaes@gmail.com

Palavras-chave: comunicação popular; conflitos fundiários; ditadura empresarial-civil-militar; imprensa alternativa; oeste baiano; jornal o posseiro.

INTRODUÇÃO

No oeste baiano, especialmente na região da Bacia do Corrente, os conflitos fundiários intensificaram-se durante a ditadura civil-empresarial-militar, período marcado pelo agravamento das práticas de grilagem de terras, expulsão de posseiros, perseguições políticas e assassinatos de lideranças ligadas à defesa da terra. Nesse contexto, foi criado o jornal O Posseiro, em 1979, um ano após o assassinato de Eugênio Lyra.

Na década de 1970, o município de Santa Maria da Vitória, localizado no oeste da Bahia, foi palco de intensos conflitos fundiários que marcaram profundamente a vida dos trabalhadores rurais que ocupavam, residiam e cultivavam pequenas parcelas de terra. A luta pela terra tornou-se uma questão central no município e atingiu seu ápice em setembro de 1977, quando o advogado Eugênio Lyra, defensor dos posseiros e assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória, foi assassinado por pistoleiros no centro da cidade, às vésperas de prestar depoimento na CPI da Grilagem.

Neste texto, apresentamos as principais abordagens dos estudos localizados até o momento sobre os conflitos agrários na região da Bacia do Corrente. Busca-se, também, mostrar que ainda há escassez de pesquisas que abordem o jornal O Posseiro como um espaço simbólico de resistência ao autoritarismo, de denúncia das práticas de grilagem, de registro

das injustiças sociais e de preservação da memória e da dignidade dos trabalhadores do campo no contexto da ditadura civil-empresarial-militar.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica preliminar sobre conflitos agrários na região da Bacia do Corrente, grilagem de terras, organização política e imprensa popular. A revisão bibliográfica, conforme apontam Botelho, Cunha e Macedo (2011), baseia-se no uso e na análise de documentos de caráter científico, sem recorrer diretamente aos fatos empíricos, permitindo uma ampla compreensão do tema investigado. A partir dessa abordagem, buscou-se realizar uma primeira aproximação com o campo de pesquisa e verificar a existência de estudos que situem o jornal O Posseiro como espaço de memória, resistência e organização política camponesa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No campo dos conflitos agrários, os estudos analisados até o momento, entre eles Oliveira (2018) e Silva (2025), apontam que a disputa pela terra ultrapassa as dimensões econômica e fundiária. Segundo Oliveira (2018), essa questão deve ser compreendida a partir das relações sociais e dos conflitos que estruturam o espaço rural brasileiro, constituindo um importante campo de investigação para a História Agrária. Ao discutir fontes e métodos para o estudo da questão agrária na Bahia, o autor destaca a relevância de documentos produzidos por sindicatos, movimentos sociais, testemunhos orais e periódicos voltados aos trabalhadores rurais, reconhecendo-os como registros fundamentais das experiências de resistência camponesa.

Silva (2025) argumenta que a grilagem constitui-se como “um conjunto de práticas voltadas para a apropriação ilegal de terras, inclusive aquelas que se prolongam no tempo, porque a grilagem não se encerra no momento da fraude” (p. 204). O autor afirma que esse processo continua na medida em que são mobilizados mecanismos destinados a encobrir ou impedir a descoberta das fraudes praticadas pelos grupos operadores e beneficiários da grilagem (Silva, 2025).

Nesse contexto, a produção de registros, documentos e narrativas jurídicas opera como mecanismo de legitimação da apropriação territorial e, ao mesmo tempo, contribui para invisibilizar formas anteriores de ocupação e pertencimento. Assim, a disputa pela terra

envolve também disputas em torno da memória dos territórios e dos sujeitos que historicamente os ocuparam.

Em 1980, foram identificados 1.486.592 hectares de terras apropriadas ilegalmente nos cartórios de imóveis de Santa Maria da Vitória e Coribe, o que correspondia a 43% da área total da Bacia do Corrente. Essa prática esteve associada ao crescente volume de recursos públicos destinados ao incentivo de fontes alternativas de energia, ampliado a partir dos anos 1970, no contexto da modernização conservadora do campo impulsionada pela ditadura civil-empresarial-militar (Silva, 2025).

O autor prossegue afirmando que a grilagem foi resultado desse processo, impulsionado pela ditadura civil-empresarial-militar e favorecido pelo contexto internacional de valorização das commodities agrícolas. Segundo Silva (2025, p. 204-205), "o pacto de classe que sustenta essa ditadura está fielmente representado na própria repartição das terras entre os grupos operadores e beneficiários", que incluíam agentes públicos, civis, militares, empresas multinacionais e setores industriais e financeiros. Mais do que isso, aponta o autor: grande parte das terras públicas tradicionalmente ocupadas foi apropriada por meio de fraudes cartoriais, ações judiciais de retificação de área e falsificação de registros. Esse processo esteve associado à apropriação física da terra, marcada pelo desmatamento, expulsão de comunidades e violência contra os posseiros.

O Relatório de Repressão Política no Campo (1962-1985) registrou, entre os anos de 1979 e 1983, os assassinatos de trabalhadores rurais que resistiram ao assédio e às ameaças dos grileiros. Entre as vítimas estavam os lavradores Anísio Pereira de Souza, Joaquim Manoel Dourado e José Pereira de Souza, mortos por pistoleiros que confessaram ligação com fazendeiros goianos e empresários norte-americanos vinculados à empresa Mambrini Ltda. (MST, 1985 *apud* Silva, 2025, p. 212).

Diante dessas constatações, questiona-se: como o jornal O Posseiro se constituiu nesse contexto? Embora os estudos analisados ofereçam importantes contribuições para a compreensão do cenário histórico e social em que emerge o periódico, observa-se que estudos sobre esse jornal, as relações entre comunicação popular, memória camponesa e permanência das experiências de luta no oeste baiano ainda aparecem de forma dispersa na literatura consultada. Nesse sentido, compreendemos que a pesquisa sobre o jornal O Posseiro poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre as formas de organização e resistência dos trabalhadores rurais na região da Bacia do Corrente.

CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica realizada até o momento permitiu identificar importantes contribuições teóricas para a compreensão dos conflitos fundiários no oeste baiano. Entretanto, aspectos relacionados às trajetórias camponesas, aos mecanismos de transmissão dessas experiências ao longo do tempo e ao papel desempenhado pela imprensa popular nesses processos ainda demandam maior aprofundamento.

Neste trabalho, compartilhamos da perspectiva de Lênin (2015), que compreende os jornais produzidos por trabalhadores e movimentos sociais como instrumentos de formação política e de organização coletiva, podendo se tornar capazes de atuar tanto em períodos de intensa mobilização quanto em momentos de aparente estabilidade. Nessa concepção, embora os levantes populares sejam fundamentais, eles não são suficientes por si sós. A energia espontânea das massas precisa ser articulada a uma organização consciente, capaz de orientar a luta e transformar revoltas isoladas em um movimento político mais amplo.

Dessa forma, seguimos no mapeamento dos estudos sobre o oeste baiano, especialmente na região da Bacia do Corrente, investigando os conflitos fundiários, as lideranças vinculadas à defesa da terra e o contexto de criação do jornal O Posseiro, fundado em 1979, um ano após a morte de Eugênio Lyra.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Louise Lene Ramos; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Plano de um jornal público para toda a Rússia. In: LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Expressão Popular, 2015. cap. 5, p. 137-150.

OLIVEIRA, Julio Ernesto Souza de. **História da luta pela terra na Bahia: fontes, acervos e métodos.** In: Encontro Estadual de História: História e Movimentos Sociais, 9., 2018, Santo Antônio de Jesus. Anais [...]. [S. l.]: ANPUH-BA, 2018. p. 1-11.

SILVA, Mauricio. A grilagem como método de apropriação de terras no oeste da Bahia. **Confluências**, Niterói, v. 27, n. 2, p. 200-218, 2025.